

SISTEMA FAEP



Mala Direta
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR

CORREIOS

BOLETIM

informativo

Ano | n° | 17 a 23 de agosto
XXIV | 1063 | de 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

RETROCESSO

Até a água o governo quer cobrar

Pág. 2



Foto: Cleverson Beje

BHC
Agora é crime

Pág. 4

EXPOSIÇÃO
As novidades do Agroleite

Pág. 19

BR-277
A duplicação emperrada

Pág. 7

MAIS UMA:

Governo quer cobrar pela água dos produtores rurais paranaenses

Uma proposta polêmica do Governo do Estado criando o Instituto das Águas do Paraná (Ipaguas) não foi votada porque os deputados querem incluir na lei a gratuidade da cobrança do uso da água dos rios pelos produtores rurais. Segundo o jornal “Gazeta do Povo” (12/08), o texto original, enviado à Assembleia pelo governo, prevê isenção apenas quando o consumo for considerado “insignificante”. Segundo os deputados, a cobrança pode ser isenta agora, mas num segundo momento poderá o governador, por vontade própria, baixar decreto exigindo que os pequenos produtores paguem pela água.

Na proposta, o governo pretende cobrar, dos grandes consumidores de recursos hídricos, o uso da água retirada dos rios ou dos aquíferos do Paraná – algo autorizado por lei federal. A ideia emperrou na Assembleia Legislativa por causa da isenção da cobrança dos pequenos produtores rurais, revelou a “Gazeta do Povo”. O Instituto das Águas do Paraná (Ipaguas), substituiria a (Suderhsa), responsável hoje pela gestão de águas no estado, o que provocou muita discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Os deputados querem incluir na lei a gratuidade da cobrança do uso da água dos rios pelos produtores rurais.

“Insignificante”

O texto original, enviado à Assembleia pelo governo, prevê isenção apenas quando o consumo for considerado “insignificante”. O que é consumo “insignificante” de água? Tal interpretação seria feita através de um decreto, após a aprovação do projeto pela Assembleia.

Seria dar um “cheque em branco” ao governo disse o deputado Reni Pereira (PSB), que apresentou uma emenda deixando claro no projeto a isenção de qualquer tipo de cobrança pelo direito de uso da água pelos pequenos produtores rurais, agropecuários e piscicultores. “Os tecnocratas podem interpretar a lei como quiserem e criar entraves para quem produz. A cobrança pode ser isenta agora, mas num segundo momento poderá o governador, por vontade própria, baixar decreto exigindo que os pequenos produtores paguem pela água”, afirmou Pereira.

A votação foi adiada para novas discussões, a emenda de Reni foi acatada e haverá nova redação. Só os grandes produtores terão de pagar pela água, mas ainda está sendo discutido de que forma essa regra será incluída no projeto. O líder do governo, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), concordou que o texto deveria ser modificado para não deixar dúvidas sobre a intenção



Foto: Cleverson Beje

do Executivo de isentar a cobrança dos pequenos produtores.

12 anos

A iniciativa do governo do Paraná de cobrar pelo uso dos recursos hídricos ocorre 12 anos após a promulgação da Lei Federal 9.433, a chamada Lei de Águas, que prevê a cobrança. Com a criação do Ipaguas, o estado teria um órgão autorizado a fazer o gerenciamento de

políticas de controle do uso da água e a gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Em caso de inadimplência da cobrança pelo uso da água, o Ipaguas poderá inscrever os créditos em dívida ativa e efetuar a cobrança judicial. O dinheiro cobrado dos grandes consumidores de recursos hídricos deve ir para um fundo, que seria utilizado na recuperação dos rios paranaenses.”

A POSIÇÃO DA FAEP

O Uso da água pela agropecuária

No Paraná, 91% das propriedades rurais são consideradas pequenas – até 4 módulos fiscais – e 6% consideradas médias – de 4 a 15 módulos fiscais - de acordo com a lei federal n° 8.629/93, que dispõe sobre a reforma agrária. Pequenas e médias propriedades somam, portanto, 97% da distribuição fundiária do Estado.

A água é um insumo tão vital para a agropecuária quanto a terra. Contudo, usam água retirada de rios apenas uma reduzida parte dessas propriedades, principalmente as voltadas à produção de hortifrutigranjeiros (hortaliças, verduras e frutas) e a pecuária para matar a sede dos animais. Em geral, as lavouras são beneficiadas pelas chuvas, que quando não são regulares provocam grandes prejuízos, como nos últimos anos de seca.

Se for medida a quantidade de água retirada de rios para uso na agropecuária vai se verificar que ela é irrisória e não concorre com o seu uso pelas áreas urbanas, indústrias e na geração de energia.

Já havia esse entendimento por parte da Assembléia quando da aprovação da lei n° 12.726 de 26 de novembro de 1999, que isentou do pagamento da água toda a produção agropecuária do Estado.

Foi por esta razão que a Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP solicitou a deputados emenda suprimindo o artigo 38 do projeto de lei 515/08 que cria o Instituto das Águas, em substituição à Sudhersa, cassando a isenção do pagamento da água ao setor rural.

Contudo uma nova emenda foi apresentada, modificando o artigo 53 da lei 12.726/99 para isentar do pagamento da água apenas os pequenos produtos rurais.

Algumas considerações sobre o assunto:

A maciça maioria dos municí-



Ágide Meneguette, presidente da FAEP

pios do Paraná depende da produção agropecuária. Embora possa não ser inteiramente visível, toda a economia dessas comunidades – comércio, agroindústria, serviços - estão de forma direta ou indireta ligadas ao setor rural, que lhes dá suporte através da renda que gera.

Nos últimos anos a ocorrência de estiagem nos estados do Sul, consequência do desequilíbrio climático, recomenda que em certas regiões sejam implantados sistemas de irrigação para serem utilizados nas emergências.

No sentido de desenvolver a produção rural no Paraná, uma das saídas que proporcionam maior renda é a fruticultura que para manter regularidade precisa de irrigação. Boa parte dela pode ser em pequenas propriedades, mas outras requerem médias e grandes áreas, como já vem ocorrendo em algumas regiões do Estado. Essas atividades exigem uso de grandes contingentes de trabalhadores e se constituem, portanto, em uma excelente base para evitar o desemprego no campo. Os cuidados culturais e colheitas em cultivos de laranja, banana, abacaxi e outras frutas, por exemplo, usam grande quantidade de trabalhadores.

A produção agropecuária vem sofrendo grandes revezes não apenas por questões climáticas, mas por depender de um mercado extremamente concorrencial, como é o mercado globalizado. A médio e longo prazos, os preços de nossos produtos vêm sendo achatados, exigindo cada vez mais aumento de produtividade, que por sua vez exige o uso de tecnológicas que aumentam o custo de produção.

Os preços dos produtos agropecuários são altamente influenciados pela falta de uma infra-estrutura adequada. O transporte da produção é fator importante na redução dos preços pagos aos produtores rurais.

Os produtores rurais dependem do fornecimento de insumos – fertilizantes, agroquímicos, sementes, máquinas e equipamentos – que estão em geral nas mãos de oligopólios. Quando vendem sua produção, o fazem também a oligopólios que dominam a comercialização de produtos agropecuários em escala mundial. Assim, os produtores rurais não formam seus preços e estão sujeitos a riscos climáticos, de mercado e da política cambial, responsáveis pelo grande endividamento do campo que até gora não foi satisfatoriamente resolvido.

Cobrar pelo uso da água significaria um aumento desnecessário e injusto no custo de produção, razão pela qual a FAEP considera um retrocesso a exigência do pagamento como previsto no projeto de lei do Instituto das Águas.

Para evitar mais este ônus aos produtores rurais, sejam eles de que tamanho forem, solicitamos que Vossas Excelências mantenham a isenção do pagamento do uso da água aos produtos rurais.

Curitiba, 12 de agosto de 2009

Ágide Meneguette

Presidente

A água é um insumo tão vital para a agropecuária quanto a terra

VENENO

Quem não declarar BHC poderá responder por crime ambiental

Os produtores paranaenses têm até 30 de novembro para fazer a autodeclaração de posse do hexaclorobenzeno (BHC) e outros agrotóxicos banidos pela legislação. Basta procurar o sindicato rural, cooperativas, escritórios da Emater ou da Secretaria da Agricultura para preencher um formulário e encaminhar o futuro recolhimento. Não importa a condição do produto nas propriedades – enterrado no campo, em barracões ou embalagens deterioradas – se o agricultor fizer a autodeclaração, ele fica livre de qualquer penalidade ou custo no processo de destruição destes agrotóxicos.

O município de Mandaguaçu, no Norte do Paraná, é o primeiro a se livrar desta ameaça cons-

tante à saúde e ao meio ambiente instalada dentro das propriedades rurais. Depois de um ano e meio de mobilizações, várias toneladas de BHC e outros agrotóxicos banidos foram recolhidas em bombonas e levadas para um antigo depósito do Instituto Brasileiro do Café (IBC). No próximo dia 18 todo o material será entregue formalmente ao Governo do Estado e levado para incineração.

“É um alívio ver esse material levado embora”, diz o agricultor José Bula, de 72 anos. Ele usou o BHC em larga escala, entre 1973 e 1974, para controlar a broca do café. “Eu terminava o dia coberto de pó branco, da cabeça aos pés. Na época a gente não sabia que fazia mal à saúde”, diz Bula, que desenvolveu um problema de surdez pela exposição ao veneno. “Tive sorte. Um empregado meu morreu de câncer e acho que foi por causa do BHC. É melhor se livrar disso”.

Justamente para evitar danos contínuos à saúde das pessoas, pelo contato direto ou pela infiltração do veneno nos lençóis freáticos, é que está em curso

no Paraná um mutirão para recolher e incinerar esses agrotóxicos proscritos. O presidente do Sindicato Rural de Mandaguaçu, Francisco Nascimento, destaca a importância de aproveitar o momento para mobilizar toda a comunidade, na base do corpo a corpo, reuniões e divulgação em folhetos, cooperativas, rádios, jornais e televisões. “Trata-se de um problema muito sério, um produto cancerígeno que precisa ser destruído. Em Mandaguaçu fizemos uma grande mobilização e vamos limpar o município”, afirma.

O produtor Hilário de Almeida Moraes, de 78 anos, também de Mandaguaçu, faz aniversário dia 30 de novembro, justamente na data-limite para a autodeclaração de posse do BHC. Pode-se dizer que a comemoração, neste ano, foi antecipada. “Hoje é um dia de alegria. Graças a Deus estou livre deste negócio”, disse seu Hilário na quinta-feira passada, dia 12, quando a carreta da prefeitura ia encostar na propriedade para retirar 1250 kg de BHC. Foram 30 anos de posse do ve-

veno indesejado que veio junto na compra da propriedade em 1976, depois da grande geada.

Durante todos estes anos seu Hilário teve o cuidado de estocar o BHC em tambores, guardados dentro de uma caixa de concreto lacrada. “Mesmo assim, incomodava muito. Eu fiz a minha parte, despachei o veneno. Agora espero que os outros façam o mesmo por que é a saúde de todo mundo que está em jogo”, diz.

Prazo

A autodeclaração de posse do BHC e outros agrotóxicos obsoletos e proibidos deve ser feita até 30 de novembro. No documento, o produtor especifica qual produto possui, a quantidade e o local onde se encontra. Após a data, quem tiver o veneno não declarado poderá responder por dano ambiental, conforme a Lei Federal 9.605/1998 e o Decreto 6.514/2008. Este último estabelece multa que pode variar entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).



INOCULANTE

Milho e trigo podem ter produtividade ampliada com novo produto biológico

O primeiro inoculante comercial para o milho e para o trigo, disponível no mercado brasileiro, foi desenvolvido pela Embrapa Soja (Londrina-PR) e pela Universidade Federal do Paraná, em parceria com a iniciativa privada. Com este produto, os agricultores de milho e de trigo podem adquirir o inoculante capaz de ampliar a produtividade e reduzir a utilização de fertilizantes químicos.

A pesquisadora da Embrapa Soja, de Londrina, Mariangela Hungria, explicou que os ensaios conduzidos em cinco anos mostraram incrementos médios de 25% a 30% no rendimento do milho e de 8% a 11% no rendimento do trigo.

Segundo a pesquisadora, a adoção da tecnologia de inoculação com *Azospirillum*, somente para a cultura do milho, pode resultar em uma economia estimada em U\$ 1 bilhão por safra, considerando uma área cultivada de 13 milhões de ha, com um rendimento médio de 3.200 kg/ha.

O novo inoculante é fruto de pesquisas realizadas, nos últimos 10 anos, que envolvem desde a seleção de várias estirpes da bactéria *Azospirillum*



Foto: Pedro Crusiol

brasileira que promove crescimento em milho e trigo, até o desenvolvimento do produto. “Esta bactéria é capaz de realizar o processo de fixação biológica do nitrogênio e de promover o crescimento das plantas, pela produção de diversos hormônios vegetais que resultam em um maior crescimento das raízes e, consequentemente, em maior absorção de água

e nutrientes”, explica Mariangela.

Segundo ela, seis estirpes de *Azospirillum* brasileiro foram aprovadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a produção de inoculantes comerciais. Essas estirpes passaram a ser distribuídas para as empresas que tivessem interesse em produzir inoculantes. O produto já está sendo comercializado a R\$ 10,00 dose/hectare pela Stoller do Brasil, que tem capacidade para produzir 300 mil doses por mês.

Pesquisadora da Embrapa Soja, de Londrina, Mariangela Hungria



Foto: Cleverson Beije

Nova tecnologia de inoculação pode resultar numa economia de R\$ 1 bilhão somente para a cultura do milho

Temperaturas adequadas

A inoculação com *Azospirillum* é feita com a aplicação do produto sólido (como turfa) ou líquido nas sementes. “Uma vez que o inoculante carrega microrganismos vivos é preciso estar atento à sua manutenção em temperaturas adequadas, a não exposição direta ao sol, a não aplicação conjunta com agrotóxicos, entre outros procedimentos habituais a quem realiza inoculação na soja”, diz a pesquisadora. (Com informações da Embrapa).

Mais informações sobre aquisição do produto na Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes: www.anpii.org.br

AGRICULTURA

O segundo semestre de Stephanes



Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes

Política do trigo, Plano Agrícola e Pecuário, Mercado, Código Florestal, Fertilizantes, Café e Fundo de Catástrofe são os temas que dominarão o Ministério da Agricultura até dezembro. A meta da Câmara Setorial de Culturas de Inverno, órgão consultivo do Ministério da Agricultura, é de suprir, até 2012, no mínimo, 60% das necessidades de trigo do País. O plano de incentivo do aumento da produção inclui a adoção de medidas como crédito e preços mínimos. A previsão é de crescimento da safra que começa a ser colhida de 5% a 10%.

Plano Agrícola e Pecuário

O prioritário é que as decisões, efetivamente, aconteçam em tempo e em volume esperado pelos produtores, sendo o plano considerado adequado pelo ministro Reinhold Ste-

phanes que definiu as prioridades para o setor no último dia 7, em Brasília. Otimista, ele considera o cenário para a agricultura bem melhor do que as previstas no final de 2008.

Mercado

O desafio é a ampliação de mercados para os produtos agropecuários. Melhorar as condições com a China, com quem o Brasil continua a negociar a abertura para a carne suína; com a África do Sul, com o qual pleiteamos a reabertura para carne de frango e suína (fechado desde 2005); com a Rússia, com quem discute a ampliação de cotas de carnes; e, com o Japão, para onde pretende vender carne suína.

Código Florestal

Stephanes espera encontrar uma solução para a correção de erros no Código Florestal, que, segundo ele, está levando insegurança às áreas da agricultura consolidada no País. O esforço é para avançar na elaboração de uma proposta que congregue os setores produtivo e ambiental e o governo. A solução passa pela pesquisa e pelos avanços tecnológicos para se adequar à realidade. Isso significa considerar áreas consolidadas há décadas, de produção agrícola na região Centro-Sul do País. “Não faz sentido que a produção rural e a conservação ambiental estejam em níveis diferentes de importância econômi-

ca e social nas discussões de governo”.

Fertilizantes

Para o ministro, o Brasil não pode ser o grande país do agronegócio, fornecer alimentos para o mundo, importando mais de 75% dos fertilizantes. Em 2008, o Brasil produziu 8,8 milhões de toneladas de fertilizantes, mas tem potencial para alcançar 9,5 milhões de toneladas. As prioridades são: a construção de usinas de nitrogenados para a produção de ureia, a exploração das jazidas de fósforo, já em condições, a pesquisa das jazidas em Mato Grosso e um marco regulatório para exploração das jazidas de potássio em Nova Olinda, no Amazonas.



Café

Implantação de novas ações para a política cafeeira e ações planejadas com antecedência para o próximo ano, evitando defasagem na aplicação, como vem acontecendo historicamente.

Fundo de Catástrofe

O ministro informou que acompanhará a aprovação, até o fim do ano, do Fundo de Catástrofe e a elaboração (não entra em vigor em curto prazo) de uma nova política de crédito, preço e seguro. O fundo terá inicialmente um valor de R\$ 5 bilhões, aporte de recursos do governo. Com os anos, ele se sustentará por meio da participação de todos os envolvidos.



BR-277

20 anos à espera da duplicação



São 730 quilômetros e 10 pedágios. Unindo o Oceano Atlântico às barrancas do rio Paraná, a BR-277 é o desaguadouro das importações e exportações do Paraná e funciona como uma veia aberta cortando o Estado. Pouco mais de 200 km dessa rodovia estão duplicados e numa luta que se estende há vinte anos, novamente as principais entidades do Estado, entre elas a FAEP, e lideradas pela CACIOPAR (Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná) se mobilizam para a duplicação dos 70km entre Medianeira e Foz do Iguaçu.

No próximo dia 16 de setembro. Essa mobilização ganhará corpo e mídia, porque haverá o lançamento de uma campanha baseada em placas colocadas no trecho Foz do Iguaçu-Cascavel. Uma grande carreata que se iniciará às 8 horas em Foz e será concluída às 16 horas, em Cascavel, servirá para se chamar a atenção das autoridades sobre a neces-

sidade da duplicação da BR-277.

Afinal, os 50 municípios do oeste paranaense movimentam R\$ 16,2 bilhões anualmente e boa parte desses recursos são impostos. “A previsão para duplicação entre Medianeira-Foz é de apenas R\$ 100 milhões”, diz Guido Bresolin Jr, presidente da CACIOPAR.

Para as lideranças do Oeste do Estado apenas com uma grande mobilização será possível ser alcançada a duplicação daquele trecho, cenário invariável de acidentes provocado pelo grande tráfego de caminhões, acentuado nos períodos de safras.

Com a alteração do contrato original de concessão obtido pela Eco-Cataratas, desobrigando-a de realizar algumas obras, ela justifica o fato de não pensar na duplicação e, segundo Bresolin Jr, “ diz que a questão está na Justiça, no Tribunal Regional Federal de Porto Alegre”. Do outro lado, o Governo do Estado, sistematicamente, vem se recusando

a sentar à mesa para conversar e buscar soluções. Nesse impasse, o deputado federal Alfredo Kaefer (PSDB) tentou encontrar uma fórmula capaz de retroagir o contrato de concessão, cujas origens estão na cessão federal ao Estado e posteriormente a privatização via concessão. Não conseguiu.

Sob o slogan “Duplicação pela Vida”, as placas ao lado da rodovia se somarão “a manifestações públicas e pressão sobre os políticos durante 18 meses”, lembra Bresolin Jr. Esse período não é coincidência. Dentro de um ano o Paraná e o Brasil estarão em ritmo de campanha eleitoral, e o candidato que for ao Oeste paranaense e não aderir ao movimento pela duplicação estará, sim, com a vida complicada.



Em nota oficial, CNA esclarece posição sobre reforma agrária

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entidade que reúne 27 federações estaduais, 2.142 sindicatos rurais e mais de um milhão de produtores sindicalizados, vem a público manifestar seu apoio ao projeto de lei 202/2005, aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, e solicitar a atenção da sociedade para os seguintes pontos:

1) conscientes da nossa responsabilidade como setor de vanguarda na economia — representamos 24% do Produto Interno Bruto (PIB), empregamos 37% da força de trabalho e geramos 36% das exportações — queremos garantir nosso compromisso com o avanço das leis que são democraticamente discutidas e aprovadas no Congresso;

2) não estamos defendendo mudança alguma na Constituição do país no que se refere aos índices de produtividade. O que está sendo discutido no Congresso, com o nosso apoio, é a adequação do regime legal da desapropriação de terras para fins de reforma agrária às determinações da Constituição de 1988;

3) a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 185, que são insuscetíveis de reforma agrária as pequenas, médias propriedades rurais e a “propriedade produtiva”, sem condicionantes ou exceções;

4) ocorre que a legislação infraconstitucional condiciona, de forma indevida, que a propriedade, além de ser produtiva, deverá cumprir simultaneamente o Grau de Utilização da Terra (GUT). Isto quer dizer que, além de cumprir 100% do GEE=Índice de Produtividade, o proprietário de terra no Brasil também é obrigado a produzir em 80% da sua área disponível (GUT= Grau de Utilização da Terra). O preceito da Lei Maior, que é a Constituição, vem sendo distorcido pela legislação em vigor;

5) cumpre assinalar que estamos lutando pelo aperfeiçoamento legal, o que vai ocorrer quando for retirada da legislação infra-

constitucional a exigência da aplicação simultânea dos dois índices (GUT/GEE);

6) o Brasil e os brasileiros conhecem nosso trabalho, nosso compromisso com a produção de alimentos, com a geração de empregos e de divisas, assim como nosso profundo respeito às leis. Estamos discutindo, de forma democrática e no âmbito do Congresso, um projeto de lei justo e necessário para nosso setor;

7) por fim, a CNA esclarece que não é responsável pelas dificuldades de eventuais programas do governo, como é o caso da reforma agrária. A CNA nada tem contra a reforma agrária, proposta que diz respeito ao governo. O que a CNA não considera aceitável, assim como a maioria do povo brasileiro, são as invasões de terra. O compromisso da CNA e do Brasil é com o Estado de Direito e a democracia.

Senadora Kátia Abreu
Presidente da CNA

Fundepec-PR: SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO EM 31/07/2009

Contas / Itens	Receitas em R\$				Despesas em R\$			Saldo R\$
	Repassse SEAB		Restituição de Indenizações	Rendimentos	Transferências	Indenizações	Financ / Bancárias	
	1° ao 11°	12°						
Taxa Cadastro e Serviços da D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	** 542.225,27	-	-	-
Sector Bovídeos	8.431.549,48	13.000,00	-	13.072.290,28	-	2.341.952,64	-	19.711.397,54
Sector Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00	-	1.417.191,40	-	141.274,87	-	4.836.053,55
Sector Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00	-	1.425.028,07	-	-	-	2.906.986,22
Sector Equídeos	38.585,00	15.000,00	-	63.422,48	-	-	-	117.007,48
Sector Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	6.381,26	-	-	-	12.219,87
Sector Aves de Postura	35.102,41	2.000,00	-	77.446,38	-	-	-	114.548,79
Pgto.Indenização Sacrificio Animais *	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrificio Animais *	-	-	*141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	12.381.000,00	1.600.000,00	141.031,00	16.200.440,96	** 542.225,27	2.624.258,51	77.567,43	27.620.646,02
Saldo Líquido Total								27.620.646,02

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1° Repasse 14/12/2000 R\$ 500.000,00 - 2° Repasse 23/07/2001 R\$ 2.000.000,00 - 3° Repasse 04/09/2001 R\$ 380.000,00 - 4° Repasse 28/12/2001 R\$ 2.120.000,00 - 5° Repasse 21/05/2002 R\$ 710.000,00 - 6° Repasse 26/07/2002 R\$ 2.000.000,00 - 7° Repasse 16/12/2002 R\$ 2.167.000,00 - 8° Repasse - 30/12/2002 R\$ 204.000,00 - 9° Repasse - 08/08/2003 R\$ 600.000,00 - 10° Repasse - 08/01/2004 R\$ 400.000,00 - 11° Repasse - 30/12/2004 R\$ 1.300.000,00 - 12° Repasse - 01/12/2005 R\$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Sector de Bovídeos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassse mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao sector de Bovídeos = R\$ 542.225,27

b) Valor total referido pela SEAB / DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA ao sector de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício n° 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Sector de Bovídeos e creditado para sub-conta do Sector de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora - CO PR-045388/O-9

TRIGO E MILHO

Produtores querem garantias para a comercialização

No dia 12 de agosto FAEP, OCEPAR, FETAEP juntamente com o secretário da Agricultura, Valter Bianchini, encaminharam um ofício para a implementação de medidas emergenciais de apoio à comercialização da produção paranaense de milho e trigo.

Atualmente o preço médio pago pelos atacadistas aos produtores é de R\$ 27,46 para saca de trigo e R\$ 15,12 para a saca do milho. Sem a intervenção direta do governo para regular o mercado, a situação tenderá a se deteriorar. A estimativa ocorre devido a fatores como o aumento da oferta de trigo da safra 2009 e a quantidade de produto importado. No caso do milho, os problemas são a entrada da produção do Centro Oeste do país, e do avanço da colheita safrinha no Paraná.

Outro item preocupante aos produtores das duas culturas é a disponibilidade de 340.000 toneladas de trigo da safra 2008, que ainda não foram comercializadas pelos produtores. Além disso, existe a quantia de 360.000 toneladas do estoque governamental remanescente nos armazéns.

Para equilibrar a situação, as entidades e o secretário de Estado reivindicam a disponibilização dos seguintes recursos para escoamento de estoques de trigo e milho:

Trigo Safra 2008

- Realização de leilões de PEP para 200 mil toneladas de imediato;
- Continuidade de leilões do VEP para desocupar os armazéns da CONAB

Trigo Safra 2009

- AGF de 500 mil toneladas a par-



tir de setembro de 2009.

- Realização de leilões do PEP para 500 mil toneladas;
- Realização de leilões de Contrato de Opção de Venda para 500 mil toneladas a partir de janeiro de 2010

Milho 2ª Safra de 2009

AGF de 200 mil toneladas de imediato - Realização de leilões do PEP para 300 mil toneladas por semana, até atingir quantidade de oferta de até 1,5 milhão de toneladas para mercado interno e externo.

Entenda quais são as medidas solicitadas, e demais instrumentos que garantem a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM):

Instrumentos que sustentam a PGPM

AGF - Aquisição do Governo Federal

PEP - Prêmio de Escoamento de Produto

PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ ou sua Cooperativa

Contrato de Opção de venda - *Protege o produtor/ cooperativa contra riscos de queda nos preços de seu produto.

*Prorroga os compromissos do governo, em face da escassez de recursos do Tesouro Nacional

VEP- Valor de Escoamento de Produto- *Subsídio que o governo fornece para escoar estoques de trigo/ milho ou qualquer outra cultura agrícola para demais estados.

LEC- Linha Especial de Crédito/ Fornecido pelo Gov. Federal, porém é controlado pelo Banco (Órgão Privado)

EGF- Empréstimo do Governo Federal, controlado pelo mesmo.

CAFEICULTURA

O sucesso da Avenida do Café



Foto: Cleverson Beije

Brígida Gatzke Martins durante sua apresentação

No último final de semana a Rua da Paz ganhou um aroma deliciosamente diferente. Instalada ao lado do Mercado Municipal de Curitiba, um dos melhores pontos de encontro da capital, a “Avenida Café” reuniu produtores, baristas, degustadores e consumidores de cafés de qualidade servidos num cenário em que parte da história da cafeicultura estava contada. O evento ocorreu de 6 a 9 de agosto.

“O objetivo dos produtores que participaram foi atingido, pois o evento teve grande público e acredito que estamos resgatando a imagem do café paranaense”, disse Andrea Vaz consultora do SEBRAE, que estava representando a Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (ACENPP).

Georgia Franco de Souza, proprietária do Lucca relatou que a Avenida do Café foi importante para que o consumidor final entendesse a cadeia produtiva. “Foi bastante produtivo, a lamentar somente a ausência das escolas devido à Gripe A, que impediu a visita”, disse Georgia.

A Avenida do Café é uma promoção da Prefeitura de Curitiba, Sistema FAEP, Emater e Iapar, com apoio da Associação dos Comerciantes Estabelecidos no Mercado Municipal, Astória/Sorvcream Máquinas de Café e Cafés Especiais, Associação dos Cafeicultores do Norte Pioneiro do Paraná, Cooperativa Agroindustrial Integrada, Sebrae, Senac e Lucca Cafés Especiais.

Baristas

Durante a Avenida do Café ocorreu a etapa paranaense do Campeonato Nacional de Baristas. Na competi-

ção cada barista preparou três tipos de café; expresso, capuccino e um drink de assinatura, nesta ordem. O café expresso é o que mais conta pontos na avaliação. O capuccino deve obrigatoriamente ter um terço de café, um terço de leite e um terço de leite vaporizado (que dá a cremosidade). “O capuccino é café e leite mais nada, ele deve ser feito da forma como foi criado”, disse a barista Katty Caroline, do Café do Paço.

Diferente do café expresso e do capuccino, o drink de assinatura é onde o barista pode apresentar uma receita própria. “Como ela adora maracujá, fui testando até encontrar a receita que ficasse boa”, disse Brígida Gatzke Martins que contou com a sugestão da filha para chegar a sua receita. Katty Caroline disse como deve ser o drink de assinatura para agradar os jurados. “A bebida deve ser algo além do café, porém que não altere o gosto do café”.

Os vencedores

Resultado final do Concurso Regional de Barista		Etapa Paraná
Posição	Nome do Barista	Pontuação
1	Graciele Rodrigues - Lucca	722,5
2	Lilian Machado - Lucca	688,5
3	Vera Silva - Expresx	630,5
4	Felipe de Oliveira - Lucca	593,0
5	Ricardo Nissine - Expresx	493,5
6	Daniela Otto - Expresx	449,5

Graciele Rodrigues com apenas 9 meses na profissão recebeu seu segundo título neste ano. O primeiro foi o de Melhor Barista – da Revista Prazeres da Mesa. Neste domingo, com muita elegância e técnica impecável, ganhou a Regional Paraná. Seu drink baseado em gastronomia francesa, combinou peras com Rosa da Jamaica.

Mas o drink mais apreciado foi de Lilian Machado, bicampeã Paranaense, que neste ano ficou em

segundo lugar. Seu drink foi composto por um caviar de maracujá, aromatizado com manjeriço.

O blend usado pelos baristas do Lucca foi de cafés premiados: um do Paraná, CD da Fazenda Pilar e outro de Carmo de Minas, Fazenda Kaquend do grupo Serra das três Barras, campeão do Cup of Excellence 2008. Vera Silva do Expresx Caffè que está competindo pela terceira vez. Seu drink foi baseado em frutas vermelhas.

ARTIGO

Gilda Bozza

Gilda Bozza é economista do DTE/FAEP - gilda.bozza@faep.com.br

CÂMBIO E AGRICULTURA

Real com saúde, gripe na exportação

Desde 1994, com a estabilização econômica estabelecida no Governo Fernando Henrique Cardoso, seguida ao pé da letra por Lula, assiste-se uma briga infundável entre o Banco Central e o Ministério da Fazenda. O primeiro praticando uma política de juros para controlar a inflação e a Fazenda brigando pela baixa dos juros para empurrar a economia. No meio dessa confusão surge o dólar que é empurrado para baixo, porque os juros brasileiros são uma atração irresistível ao grande capital especulativo. Afinal, na maioria dos países da União Européia e Estados Unidos os juros estão a zero ou abaixo de zero. Assim em jogadas especulativas na Bolsa atreladas a manobras com o câmbio, os dólares invadem o Brasil e fazem despencar o real. Nesse ano, a moeda brasileira já se valorizou em mais de 20%.

Nesse cenário, uma das opções seria tributar os investimentos (e o capital especulativo), algo que causa arrepios tanto nos briguentos aboletados no Banco Central quanto no Ministério da Fazenda. E no chefe de ambos, o presidente Lula que não quer mexer nesse ninho de marimbondo pensando só naquilo: eleger sua sucessora. Uma “marolinha” na economia poderia ser desastre político-eleitoral.

E nós com isso? Os tomadores de bons vinhos franceses e italianos ou os apreciadores do inigualável bacalhau norueguês acham ótimo que o dólar despencue. A importação fica mais barata. Do outro lado, indústrias e a agropecuária que exportam acompanham a curva descendente do dólar como se estives-

sem caminhando para o enterro de um familiar querido.

Agricultura

No caso da agricultura, os preços das principais commodities – soja, milho, trigo, café, açúcar, álcool, suco de laranja e outros – têm seus preços balizados pelo dólar. Até anos recentes, o real cotado a R\$ 2,50 por US\$ 1,00 era favorável aos produtos agropecuários.

No patamar atual de R\$ 1,80 a R\$ 1,85 por dólar, é desfavorável para os produtos agropecuários e também para as exportações brasileiras.

Contrariando as expectativas, não houve o efeito compensatório da valorização do dólar. Ou seja, a valorização da moeda americana não compensou as quedas de preços registradas nos preços internacionais.

Hoje, não se concebe comparar qualquer commodity ao equivalente em dólar, mesmo porque os dois caminham em sentido inverso, quando um sobe o outro desce e vice-versa.

Com a globalização e as mudanças registradas mais o surgimento do euro e a ampliação de investimento no mercado de ações, o dólar passou a perder posição. Por outro lado, há por considerar que a partir do aumento da participação de fundos de investimentos e especuladores na movimentação de papéis de soja e milho na Bolsa de Chicago, ocorreu a financeirização do mercado agrícola. Com isso, fatores que anteriormente tinham quase peso, ganharam importância, enquanto os fatores fundamentais (produção, estoque) que eram o referencial para os preços, como produção e estoques, perderam força.

Os produtores rurais já têm esta percepção que a comparação com o dólar não tem a representatividade de anos atrás. Hoje, em termos de comparação, é recomendável o emprego dos preços relativos. Ou seja, o produtor tem que saber quanto aumentou proporcionalmente o preço do diesel, da mão-de-obra e dos insumos entre outros.



A entrada do euro iniciou a fase de abalo do dólar. Com a deflagração da crise internacional em setembro de 2008 a moeda vem sofrendo desvalorizações, quando comparada à uma cesta de moedas internacionais (considera as moedas dos seis maiores parceiros comerciais dos Estados Unidos) e tem sido afetada por um série de variáveis.



ARTIGO

Eduardo Sciarra

Deputado federal pelo DEM/PR e presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara

Menos ideologia, mais parceria e tecnologia!

Ultimamente, o debate sobre agronegócio e sustentabilidade ambiental assumiu a estridência de uma cruzada ideológica a opor, de um lado, ecologistas e, de outro, produtores rurais, em um verdadeiro jogo de soma zero que gera muito calor e nenhuma luz.

Mas, agora, nós que defendemos a harmonia entre meio ambiente e agronegócio, nos vemos diante de uma oportunidade – mais do que isso, uma responsabilidade – histórica com a apresentação de um projeto abrangente e minucioso de Código Ambiental, do deputado federal Valdir Colatto (PMDB/SC), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

O projeto visa a substituir o atual Código Florestal, promulgado em 1965, por uma legislação moderna, flexível e descentralizadora. Realmente, há urgência de se desburocratizar o marco ambiental da agropecuária, hoje engessado por 16 mil normas! O primeiro passo para isso consiste em reconhecer a grande diversidade de biomas e ecossistemas deste nosso país-continente. Não tem sentido, por exemplo, determinar a área de mata ciliar, destinada à proteção permanente, unicamente pela largura do rio que ela margeia, sem atentar para as singularidades de cada terreno, como alertam os estudos científicos conduzidos por instituições respeitáveis como a Embrapa.

É dela, também, outra pesqui-

sa que surpreendeu a opinião pública ao revelar que apenas 29% das terras brasileiras estão legalmente disponíveis para a agropecuária, pois os outros 71% incluem reservas legais, ambientais, terras indígenas e quilombolas, além das já mencionadas áreas de proteção permanente (APPs, às margens dos rios e também à volta de nascentes, nos topos de morro, encostas, restingas e altitudes superiores a 1,8 mil metros).

Decreto baixado pelo presidente Lula (e já prorrogado) estabelece que, a partir do final deste ano, serão passíveis de punição os proprietários que tiverem desobedecido os limites da reserva legal. A presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, senadora Kátia Abreu (DEM/TO) já avisou que, se for cumprido à risca, o decreto jogará na ilegalidade cerca de cinco milhões de produtores que vivem e labutam às margens dos incontáveis rios que banham o país. Da mesma forma, punir indiscriminadamente quem cultiva encostas e morros significará acabar com os cafezais mineiros, os vinhedos gaúchos, as macieiras catarinenses e os canaviais nordestinos.

Os ecologistas do asfalto ignoram, mas nós, membros da família rural brasileira, sabemos muito bem que o espírito empreendedor dos produtores, aliado aos avanços tecnológicos difundidos pela Embrapa e outros órgãos, ajuda a conservar belas paisagens

naturais. Afinal, a devastação e a poluição ameaçam o legado que esses pais e avós do campo esperam deixar para os seus descendentes.

Por isso, o projeto para um Código Ambiental, entre muitas inovações bem-vindas, estabelece compensações financeiras a quem mantiver reserva ambiental com proteção adaptada a cada terreno (para preservar não basta punir; é preciso que o governo ofereça ao produtor um preço para a mata em pé mais atraente que o da mata derrubada); consolida as áreas já cultivadas; e extingue as penas de prisão pelo descumprimento das normas, substituindo-a por compensações ambientais a essas violações.

O agronegócio não merece ser tratado como vilão: ele corresponde a 30% do PIB, gera 36% das exportações totais (58,4 bilhões de dólares) e, há muitos anos, é a âncora verde da estabilidade dos preços em um ambiente de baixa inflação.

O debate do projeto, com vistas a aperfeiçoá-lo até virar lei, interessa, portanto, ao conjunto da sociedade brasileira. O Brasil pode e deve avançar na tarefa de produzir preservando e preservar produzindo. Chegaremos lá estimulando o diálogo e a parceria entre ambientalismo e agronegócio. Com racionalidade científico-tecnológica, respeito mútuo e reconhecimento da diversidade natural que caracteriza a nossa Pátria.

O agronegócio não merece ser tratado como vilão: ele corresponde a 30% do PIB

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

ATENÇÃO! É A NR-31

São 10.717 palavras em dezenas de artigos proibindo ou exigindo obrigações do produtor rural e compõem a Portaria NR-31 – Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Sem avaliações criteriosas e muitas vezes com ausência de bom senso, essa Portaria foi publicada em 04/03/2005 e reuniu várias normatizações que existiam sobre o trabalho no meio rural.

No final deste mês, advogados e consultores da FAEP, OCEPAR e outras entidades e empresas se reunirão em Brasília para buscar uma

consolidação desse verdadeiro “catatau” de regras e imposições. Desse exame, serão encaminhadas sugestões à Justiça do Trabalho, Congresso Nacional e Governo Federal capazes de dar razoabilidade à essa legislação.

Os fiscais de trabalho vêm atuando principalmente em propriedades onde há uso intensivo de mão de obra, como a fruticultura, reflorestamentos e carvoarias, mas se estende a todas as áreas de produção rural. Essas ações vão desde o combate ao trabalho-escravo, ao recrutamento, e a verificação das condições de se-

gurança e saúde dos trabalhadores.

Em palestras, boletins e contatos, os técnicos do Departamento Sindical da FAEP tem alertado os Sindicatos e sindicalizados para o cumprimento das disposições da NR-31. “Nem o grande produtor consegue seguir todas as regras estabelecidas na NR 31, mas não importa o tamanho da propriedade, todo o produtor rural deve cumprir a legislação”, diz Eleutério Czornei, Coordenador do Departamento Sindical do Sistema FAEP, “e é preciso acrescentar que o Ministério Público do Trabalho está multando já na primeira visita em caso de infração”.

MEIO AMBIENTE

As dúvidas dos pequenos produtores

A FAEP tem recebido, com frequência, pedidos de orientação de pequenos produtores sobre questões ambientais. A engenheira agrônoma Carla Beck, do Departamento Técnico Econômico responde às principais dúvidas.

(carla.beck@faep.com.br)

1. Qual a definição de pequeno produtor rural?

O enquadramento como pequeno produtor, no Paraná, é diferente do critério do Pronaf. No licenciamento ambiental paranaense o pequeno produtor é aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares. Deve explorá-la mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares. Pelo menos 80% da renda bruta deve vir de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural (Lei Federal n° 11.428 de 22.12.2006).

Caso um proprietário possua mais de um imóvel, contíguos ou não, a soma

dos mesmos não poderá ultrapassar 50 hectares, sob pena de perder a condição de pequeno produtor rural.

2. Quais as vantagens para o pequeno produtor na área de meio ambiente?

a) Na reserva Legal pode ser feito o plantio de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais, mesmo espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.

b) Averbação Gratuita - a Medida Provisória 2166-67 instituiu a gratuidade da averbação da reserva legal da pequena propriedade, devendo o poder público prestar apoio técnico e jurídico, se necessário.

c) Cômputo da Área Preservação Permanente (APP) na Reserva Legal.

A legislação permite a utilização das APPs no cálculo da Reserva Legal desde que não implique em conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo. O cálculo:

a) primeiramente se faz a soma das áreas com vegetação nativa existentes no imóvel rural, em qualquer estágio, com as áreas de preservação permanentes existentes e preserva-

das; se der menos que 25% da área total do imóvel, não é possível somar as APPs com a Reserva Legal;

b) se a soma obtida for igual ou superior a 25% da área total do imóvel, pode-se computar as APPs para compor a Reserva Legal. Neste caso, no entanto, pega-se o total de vegetação nativa existente e complementa-se com áreas de APPs preservadas para completar o mínimo exigido por lei que é 20%.

3. Como saber se o requerente é efetivamente pequeno produtor rural?

Deverá o produtor apresentar a Caracterização de Pequeno Produtor Rural ou a Declaração de Aptidão ao PRONAF expedido pelo Sindicato Rural Patronal, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pela EMATER ou por outra entidade credenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Instituto Ambiental (IAP), em resposta, expede a Declaração de Pequeno Produtor Rural. Sem o documento de caracterização e a Declaração de Pequeno Produtor Rural ele não poderá receber os benefícios da lei.

A FAEP tem alertado para o cumprimento das disposições da NR-31

QUALIFICAÇÃO

Em Jacarezinho produtores aprendem a operar colhedoras

A Capacitação é comemorada com a entrega dos Certificados

O Sindicato Rural de Jacarezinho, em continuação ao seu programa de treinamentos e qualificação da mão-de-obra do produtor, promoveu o curso de Operação e Manutenção de Colhedora de Cana-de-Açúcar, junto a operadores da CAUJA- Usina Jacarezinho.

A entrega de certificados de conclusão e aprovação dos participantes foi no dia 3 de julho, na presença do gerente administrativo, José Carlos Fagnani, do responsável pela área de Mecanização Agrícola, Gustavo Kazuo, e administradora de Recursos Humanos, Cláudia Oliveira Callegari.

Eduardo Quintanilha, presidente do Sindicato Rural, enfatizou os trabalhos desenvolvidos para a realização do curso, com importante participação do SENAR-PR.



COLORADO

Doma racional



O Sindicato Rural de Colorado realizou entre os dias 21 e 31 de julho o treinamento de Doma Racional, no Parque de Rodeios Benedito Inácio Ribeiro. O evento contou com a participação de 14 pessoas

LUTO

Morre o presidente do Sindicato Rural da Lapa

Pedro Cordeiro Mendes faleceu no dia 7 de agosto, aos 72 anos. Deixa a esposa Lia Tereza Campanholo Mendes e três filhos. Pedro Mendes iniciou na presidência do Sindicato em 1994, e sempre investiu no bom atendimento e na modernização da entidade, ficando como presidente até 2009. Por ser um homem apaixonado pelo campo, nunca se cansou de lutar por seus ideais, por buscas e conquistas em defesa da agropecuária.

CAPACITAÇÃO

SENAR-PR elabora o novo material do Empreendedor Rural



A partir de agosto os participantes do Empreendedor Rural receberão um novo material do programa. O novo material foi revisado e atualizado por técnicos do SENAR e SEBRAE. “A atualização foi necessária, porque o material anterior foi elaborado com exemplos exclusivamente do Paraná, e como

o programa se tornou nacional fica mais interessante trazer exemplos de outros estados”, disse Adriana Terezinha Salvadore, técnica do SENAR-PR.

Novos conteúdos foram adicionados e os estudos de caso trazem exemplos de projetos em Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Santa

Catarina. O programa Empreendedor Rural busca aliar o desenvolvimento humano e competência técnica. O novo material didático é composto por uma agenda, um caderno de elaboração de projetos e dois cadernos de conteúdo, todos elaborados integralmente no Paraná.

SEMANA CHEIA

Sindicato de Ubiratã realizou vários cursos

O Sindicato Rural de Ubiratã realizou vários eventos durante a semana (27 a 31) de julho. No dia 27, foi feita a abertura do curso de administração de empresas agrossilvipastoris – gestão rural, na sede do sindicato com um público significativo.

Esse curso foi ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, que veio de Engenheiro Beltrão, Sergio Noguchi. Ele trabalhou com vários temas relevantes: noções de matemática; custo to-

tal; projeto do produtor; valor presente líquido; bolsa de mercadoria; liderança/motivação; empreendedorismo e outros. Na parte teórica os participantes fizeram trabalhos em salas e, em seguida, foram à propriedade de Osmar Bertolli para realizar a parte prática.

Nos dias 28 e 29 foram realizados cursos de panificação no Salão da Capela São Vicente com a instrutora Marlene Radecki, e o curso de derivado de mandioca foi realizado

no projeto Curumim, ministrado pelo instrutor da cidade de Umuaçama, Marcos Antonio Andreotti, que também ministrou entre dias 30 a 01 o curso de conservas e comotas no grupo Pão da Vida.

Entre os dias 29 a 31 também foi realizado no distrito de Yolanda o curso de manutenção de colhedoras com o instrutor de Engenheiro Beltão, Mauro Volpone. Durante este curso a parte teórica foi realizada na sala da Capela da Igreja Católica de Yolanda.

Deu na imprensa



Álcool gel

Gostaria de relatar a verdadeira baderna que virou a venda de álcool gel. Cada farmácia pratica o preço absurdo que bem entender, chegando ao cúmulo de em um dia registrar o pedido de manipulação de 500 ml a R\$ 20 e, no dia seguinte, quando fui buscar o pedido ele ser negado, pois subiu para R\$ 28. Com a explicação de que foi passado o valor errado. Aonde vamos parar?

Eduardo C. Mesquita (carta na Gazeta do Povo)

Frigorífico da Conab

A Superintendência Regional da Conab no Paraná visita, até amanhã (7), empresas de suínos, aves e de produtos lácteos para informar sobre o serviço de armazenagem frigorífica que será disponibilizado pela estatal na nova unidade de Curitiba, que será inaugurada nos próximos meses. O novo frigorífico vai atender produtores e agroindústrias que demandam serviços de armazenagem a frio (recepção, armazenamento e expedição). (Conab)

Cachorro Grande

A Justiça de São Paulo aceitou a denúncia do Ministério Público contra o bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, e outras nove pessoas por suposta formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. A denúncia foi apresentada pelo MP em 5 de agosto. Essa informação inicial nos jornais "Folha de São Paulo" e "Rede Globo" desencadeou uma "guerra" entre os dois veículos e a Rede Record, do bispo Edir Macedo. (Dos jornais)

Elas não se entendem

- "Ela sabe que falou comigo", reitera a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira de que esteve no gabinete de Dilma Rousseff (Casa Civil) e que a ministra lhe pediu para encerrar logo o processo de investigação nas empresas da família Sarney.

- "Ela sabe que eu estive lá e sabe que falou comigo. A Erenice [Guerra, secretária-executiva da Casa Civil] também, porque esteve no meu gabinete para marcar. Não custava nada ela ter dito a verdade. Qual a dificuldade? Na minha biografia não existe mentira."

- "Eu não tive essa discussão com a ex-secretária da Receita, Lina Vieira. E reitero também que em relação a ela também não tive nenhuma iniciativa, nem para contratá-la nem para demiti-la".

(Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil) – (Folha de São Paulo)

Rádio a filho de Renan

No meio do turbilhão da crise no Senado, o presidente Lula encaminhou ao Congresso o processo para aprovação de uma concessão de rádio FM para a família de Renan Calheiros, líder do PMDB e um dos comandantes da tropa de choque para a manutenção de José Sarney na presidência da Casa.

A concessão, em nome da empresa JR Radiodifusão, é para o município de Água Branca, uma cidade de 20 mil habitantes no sertão de Alagoas. Lula enviou a mensagem ao Congresso na sexta, um dia após violento bate-boca, no plenário, entre Renan e Tasso Jereissati (PSDB-CE). – (O Globo)

Eleições 2010

Pesquisa do Partido Verde (PV) sobre as eleições presidenciais mostra José Serra (PSDB) com 28% das preferências e Ciro Gomes (PSB) com 16%, seguidos de Dilma (14%), Heloísa Helena (PSOL) com 13% e Marina em quinto, com 10%. Na segunda, sem Heloísa, Marina sobe e empata com Dilma em 14% (Serra lidera com 30% e Ciro fica com 22%). A virada da ex-ministra do Meio Ambiente aparece quando Ciro também é tirado da disputa. Nessa hipótese, Serra sobe para 37% e Marina vence Dilma por 24% a 16%. E na última hipótese, em que Aécio entra no lugar de Serra e Ciro continua de fora, Marina aparece em primeiro lugar com 27% das intenções de voto, contra 25% do governador mineiro e 19% de Dilma. (O Estado de São Paulo)

Arena Atlé-Tiba?



Um estádio comum para Atlético e Coritiba, no Joaquim Américo, chamado Arena Atletiba. Foi com essa polêmica proposta que Mário Celso Petraglia, homem-forte rubro-negro entre 1995 e 2008, rompeu um silêncio de oito meses sem conceder entrevista, iniciando após a eleição de dezembro do ano passado, em que fez Marcos Malucelli seu sucessor na Baixada. "Eles vendem o Couto Pereira, pegam esse dinheiro e a gente termina a Arena. Aí o estádio fica exclusivamente privado. Quando um joga fora, o outro joga dentro; quando um joga sábado, o outro joga domingo. (Revista Idéias) Obs. A "idéia" foi considerada maluca ou genial por atleticanos e coxas.



Fale conosco

Se você tem eventuais dúvidas sobre questões previdenciárias ou técnicas poderá, além do site (www.faep.com.br), acessar o endereço eletrônico: previdencia@faep.com.br ou os emails pessoais (abaixo de cada resposta), telefonar (41 2169 7988) ou enviar correspondência: (R. Mal. Deodoro, 450 – 14° and CEP 80010-010 – A/C da Comunicação Social)

A Questão do ITR

1- Qual é o período para entregar a declaração do ITR 2009? (De sindicatos rurais do Paraná)

R. A partir de 10 de agosto até 30 de setembro de 2009

2- O imóvel rural foi comprado este ano, porém, possui débitos de 2006 a 2008 junto a Receita Federal, a pessoa que o comprou responde pelos débitos? (De um produtor de Nova Aurora/PR.)

R. Sim, responde. Os débitos de 2006 a 2008 passam a ser do comprador. Por esta razão é muito importante antes de se adquirir um imóvel rural, verificar sua situação tributária junto a Receita Federal, junto ao INCRA, com relação ao Certificado de Cadastro 2003/2004/2005 e junto ao órgão ambiental estadual com relação a possibilidade da existência de débitos ambientais.

3- Para efeito de preenchimento da declaração do ITR 2009, o produtor deve se referir a utilização do imóvel rural de que época do ano?

(De um produtor rural de Morretes/PR.)

R. Deve levar em conta os dados relativos a utilização do imóvel em todo o ano de 2008.

4- Uma propriedade rural foi vendida totalmente em 10 de agosto deste ano.

A quem cabe declarar o ITR de 2009?

(De um produtor rural de Noaque/MS)

R. Caberá ao comprador declarar o ITR 2009, entretanto, os dados relativos à utilização do imóvel devem se referir ao ano de 2008. Se o comprador não tem conhecimento dos dados, deverá obtê-los com o vendedor.

(Luiz Antonio Finco é Administrador de Empresas do DS/FIEP – luiz.finco@faep.com.br)

VENDA DE LENHA

5- Sou um pequeno produtor rural e depois de um vendaval tombou algumas árvores em minha propriedade. Posso utilizar a madeira para fazer lenha? (Produtor de Wenceslau Braz)

R. O produtor pode fazer uso para lenha, desde que observe o seguinte: Caso a espécie esteja fora da lista ameaçada de extinção, pode usar até 15 m³ e não precisa autorização.

Caso tenha acima de 15 m³ faz-se necessária autorização do órgão ambiental.

Porém, se a espécie constar da lista ameaçada de extinção poderá ser aproveitado no máximo 15 m³ na propriedade, independentemente da quantidade de árvores secas.

Um pinheiro (*Araucaria angustifolia*), por exemplo, que esteja seco por

ter sido atingido por um raio, poderá ser aproveitado como material lenhoso seco. Como se trata de uma espécie em extinção, o volume máximo de aproveitamento é de 15 m³. Caso existam mais árvores secas na propriedade, elas deverão permanecer no local. A lista de espécies ameaçadas de extinção pode ser obtida no site. www.faep.com.br.

(Carla Beck é agrônoma do DTE/FIEP- carla.beck@faep.com.br)

DICAS DA NR-31

6 - Quais as penalidades que o empregador rural pode sofrer, caso não cumpra a NR-31?

(Produtor de Andirá)

R. As penalidades são variáveis e dependem do tipo de infração, do número de infrações encontradas na propriedade e do número de trabalhadores atingidos. Podendo o empregador rural assinar um Termo de Ajustamento e Conduta, onde terá um prazo para se adequar as normas e ou apresentar documentos. Poderá sofrer sanção em forma de multas, e até mesmo ter interdita a propriedade ou a atividade que estiver causando danos ao trabalhador.

7 - A NR-31 atinge empregadores rurais com quantos trabalhadores rurais?

R. A NR-31 é aplicada a todos os empregadores independentemente do número de empregados. Com um empregado, o empregador rural deverá aplicar o contido na lei.

8 - A fiscalização do trabalho orienta os procedimentos que devem ser seguidos na NR-31?

(Produtor de São Jerônimo da Serra)

R. A fiscalização não orienta os procedimentos da NR-31. Ela pode, na primeira visita, notificar e multar o empregador rural por qualquer infração encontrada na propriedade.



JURÍDICO**Marcia Rodacoski**

Marcia Rodacoski é advogada e consultora da Federação da Agricultura do Paraná. -

marcia_rodacoski@uol.com.br

O cálculo da insalubridade sobre o salário-mínimo nacional

O Supremo Tribunal Federal definiu que o salário-mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado. Também, a Suprema Corte entende que o artigo 7º, inciso IV, da Constituição da República, revogou a norma relativa à adoção do salário-mínimo como base de cálculo para o adicional de insalubridade, mas não permite a sua substituição por novo parâmetro, nem mesmo pelo Judiciário, sem expressa previsão em lei.

Assim, enquanto não houver norma legal a respeito da base de cálculo do adicional, o salário-mínimo é o parâmetro a ser adotado, sendo incabível a adoção da remuneração ou do salário contratual para a base de cálculo do adicional de insalubridade, como também não cabe a utilização de piso salarial, salário normativo ou piso estadual. A única excludente é a expressa previsão em norma coletiva estipulando que o piso fixado será considerado base de cálculo do adicional.

Em que pese, pois, a inconstitucionalidade da utilização do salário-mínimo como indexador, a Súmula Vinculante nº 4 do STF não elegeu qualquer outro parâmetro a ser utilizado como base de cálculo da insalubridade. Pacificando a matéria, a moderna jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho é conclusiva no sentido de utilização do salário-

mínimo nacional: "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. Após a edição da Súmula Vinculante nº 4 do STF, até que sobrevenha nova lei disposto sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade, e não havendo previsão normativa nesse sentido, tal parcela deverá continuar sendo calculada sobre o salário-mínimo nacional. Recurso de Revista conhecido e provido." (883/2001-081-15-00.0, DJ 26/06/2009).

Na verdade, a vedação constitucional (inciso IV do artigo 7º) de vinculação ao salário-mínimo tinha por objetivo tão somente desatrelá-lo como fator econômico de indexação. Nesse caso, perfeitamente viável sua utilização como base de cálculo do adicional de insalubridade, já que não visaria o uso do salário-mínimo como indexador monetário, mas apenas como parâmetro para se fixar o valor correspondente àquela, não dando ensejo a nenhum efeito inflacionário. Prevalente, pois, a regra prevista no artigo 192 da CLT, Súmula 228 do TST e Orientação Jurisprudencial 02 da SDI do TST.

De qualquer forma, da legislação vigente exsurge ser inaplicável a incidência do adicional de insalubridade sobre o salário profissional, piso estadual ou piso normativo, por absoluta ausência de respaldo jurídico, permanecendo o salário-mínimo até ulterior disciplina legal.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente:

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santarozza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br
site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo**Presidente**

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Sebastião Olímpio Santarozza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
Marcos Tosi (redator)
Cynthia Calderon (redatora)
imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas
Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

AGROLEITE

A festa do leite



Fotos: Cleverson Beje

De 11 a 15 de agosto foi realizada a 9ª edição do Agroleite, em Castro, uma exposição que é referência para o Brasil na cadeia produtiva do leite. A abertura oficial do evento contou com as presenças do vice-governador Orlando Pessuti, do prefeito de Castro Moacyr Fadel, do secretário da agricultura Valter Biachinni e outras autoridades do meio rural. O diretor-financeiro João Luiz Rodrigues Biscaia representou o Sistema FAEP no evento.

O presidente da cooperativa Castrolanda, Franz Borg, deu as boas vindas aos visitantes, expositores e patrocinadores do evento. "Felizmente depois de muito trabalho a região transformou-se na maior bacia de produção de leite do Brasil", disse ele. Entre as atrações da Exposição estavam um curioso torneio de ordenha, além de leilões, feira de produtos derivados do leite, feira de máquinas, simpósios e palestras sobre o futuro da cadeia produtiva do leite e exposição de animais. Foi ainda realizado o 1º Se-

minário Internacional de Alimentos, tratando de temas como saúde, nutrição, reprodução e fertilidade das vacas leiteiras.

"O diferencial do Agroleite para

alguns outros eventos de grande porte, é que se trata de um evento técnico. Aqui, todo o público vem para conhecer novidades da cadeia produtiva do leite e de novas tecno-



Edenilson Urbanski

logias”, lembrou Eduardo Gomes Oliveira, supervisor da Regional 2 do SENAR-PR.

O sucesso e a tradição pode ser constatado pela faixa exibida à saída do Parque com um convite para o “Agroleite 2010”.

Estande do Sistema FAEP

O estande do Sistema FAEP trouxe nesta edição do Agroleite uma novidade para o produtor rural. Um cadastro personalizado em que o interessado inseria seus dados e qual a cadeia produtiva do seu interesse. Rapidamente recebia uma lista dos cursos relacionados com as suas necessidades. Para o supervisor do SENAR-PR Eduardo Gomes Oliveira, autor da idéia do cadastro, esta é uma ferramenta que pode ser levada para os sindicatos rurais, com o objetivo de fazer um atendimento personalizado ao produtor. “O ideal foi oferecer um pouco mais do nosso Sistema para o visitante da feira. Em vez de apenas mostrar o trabalho já realizado, informar que ainda estamos buscando novas maneiras de trazer o produtor rural para a capacitação”, disse Oliveira.

Michel Dias, estudante do município de Carambeí, fez o cadastro para saber mais sobre os cursos de pecuária. “Fica mais fácil para entender todas as etapas da produção”, revelou Dias. Kelly Valenga estudante de medicina veterinária também fez o cadastro e ouviu sobre os cursos do SENAR-PR pelos



Kelly Valenga (à direita) fazendo seu cadastro no estande da FAEP

amigos. “É bom porque posso aplicar as técnicas na propriedade da família”, disse.

As donas da festa

“Se não tratar com carinho, deixar elas bem à vontade, fazer massagem e não der a comida do jeito que elas gostam, nada de leite”, esse foi o diagnóstico que Ednilson Urbanski, participante do torneio de ordenha, sobre a forma como as estrelas principais da cadeia produtiva do leite devem ser conduzidas. “Só assim”, afirmou, “a gente obtém uma boa ordenha”.

Além das massagens e comida na hora certa, as vacas recebem também um tratamento um pouco mais estético. Elas têm o pelo tosado e algumas até apresentavam um corte no estilo moicano. “Com os pelos aparados elas ficam mais bonitas na hora da apresentação, por isso a gente capricha no visual delas aqui”, disse Roberto de Souza, enquanto fazia o “penteado” em uma vaca.



Roberto de Souza caprichando no corte

Números do evento:

Estimativa de Público:

40 mil pessoas

Empresas Participantes: 120

Criadores Expositores: 100

Animais: 700

Movimento 2008:

R\$ 9,8 milhões

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável